



282

Quinta Câmara Cível

Apelações Cíveis nº 0232022-7/0212880-3/0212882-7 – Recife – Distrito
Estadual do Arquipélago de Fernando de Noronha

Apelante: FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO

Apelada: MARLETE DA SILVA

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA: AÇÕES CONEXAS. REINTEGRAÇÃO DE POSSE, EMBARGOS DE TERCEIRO E NULIDADE DE ATO JURÍDICO. DECISÃO DO 1º GRAU DECLARANDO A PROCEDÊNCIA DA PRIMEIRA E IMPROCEDÊNCIA DAS DEMAIS. APELAÇÃO. PROVIMENTO PARA REFORMAR A SENTENÇA E JULGAR PROCEDENTES AS AÇÕES DE EMBARGOS DE TERCEIRO E DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO E IMPROCEDENTE A AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DECISÃO UNÂNIME.

- a) É nulo o ato jurídico consistente na transferência de posse praticado por quem não a detenha. Ação de nulidade. Procedente.
- b) Não se há de deferir posse de bem a quem, de fato, não possui os requisitos da posse previstos no artigo 920 do CPC.
- c) Demonstrado que a posse e a ocupação do bem pertence a quem efetivamente exerce o direito de posseiro, fato esse provado nos autos, há de ser julgada procedente a ação de embargos de terceiro.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos dos recursos de apelação, tendo como apelante **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO** e como apelada **MARLETE DA SILVA**, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores componentes da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **DAR PROVIMENTO** ao recurso de apelação interposto por **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO**, tudo em conformidade com o voto do Relator, que passa a integrar este julgado.

Recife, 18 de 06 de 2014.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

283

Quinta Câmara Cível

Apelações Cíveis nº 0232022-7/0212880-3/0212882-7- Recife - Distrito Estadual do Arquipélago de Fernando de Noronha

Apelante: FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO

Apelada: MARLETE DA SILVA

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Trata-se de recurso contra sentenças proferidas nos autos das ações de: a)- reintegração de posse; b)- embargos de terceiro e c)- nulidade de ato jurídico em que são partes **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO** e **MARLETE DA SILVA**, as quais (ações) têm como objeto a posse e ocupação de um imóvel (Q-G-05- Tombo nº 50/00249) situado na Ilha de Fernando de Noronha.

Nas sentenças (fls. 232/233; 146/151) o juiz, hoje Desembargador, Dr. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, julgou: a)- procedente a ação de reintegração de posse proposta por **MARLETE DA SILVA** contra **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO** b)- improcedentes as ações de embargos de terceiros e de nulidade de ato judicial (termo de cessão) proposta por **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO** contra **MARLETE DA SILVA**. Em resumo: decidiu que a posse e ocupação do referido imóvel pertencia e deveria permanecer com a Sr^a **MARLETE DA SILVA**, ex-esposa de **JOSÉ LUIZ NETO**.

FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO (autor da ação de embargos de terceiro e réu na ação de reintegração de posse) apelou (fls.173/185; 241/246; 116/124): arguiu em preliminar a nulidade das sentenças posto que, por se tratar de ações conexas, foram julgadas em momentos distintos. Quanto ao mérito, alegou que detém a posse do imóvel objeto do litígio desde 30/12/1994, posse essa que lhe foi cedida pelo Sr. **JOSÉ LUIZ NETO**, esposo de **MARLETE DA SILVA**, conforme documento de fls. 17 dos autos dos embargos de terceiros.

Acrescentou que a cessão da posse feita pelo Sr. **JOSÉ LUIZ NETO** em favor **MARLETE DA SILVA** (no Divórcio do casal) é nula, posto que a posse do bem não mais pertencia ao casal e, sim, ao recorrente.

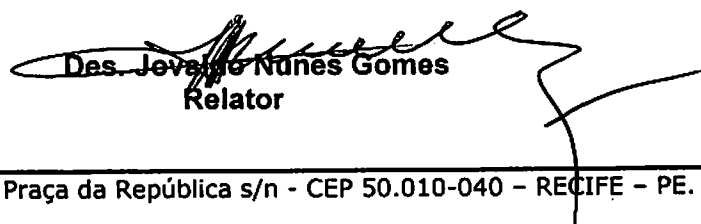
Pugnou pela reforma das decisões para o fim de: a)- julgar improcedente a ação de reintegração de posse; b)- julgar procedentes as ações de embargos de terceiros e de nulidade do ato jurídico, consolidando, em definitivo, a posse do terreno e das benfeitorias em favor do apelante.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 31 de março de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

284

Quinta Câmara Cível

Apelações Cíveis nº 0232022-7/0212880-3/0212882-7 – Recife – Distrito
Estadual do Arquipélago de Fernando de Noronha

Apelante: FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO

Apelada: MARLETE DA SILVA

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO PRELIMINAR

Preenchidos os requisitos de admissibilidade recursal, conheço do presente recurso e passo a apreciá-lo.

Pois bem.

Argui o apelante a **nulidade das sentenças** pelo fato de não ter sido observado o princípio da conexão, ou seja, o juiz julgou separadamente ações conexas, quando deveria tê-lo feito em uma só decisão, simultaneamente.

Efetivamente o fato ocorreu; julgou-se em primeiro lugar a ação de reintegração de posse e, posteriormente, menos de 30 dias, julgou-se os demais pedidos (embargos de terceiro e nulidade de ato jurídico). O litígio foi definitivamente resolvido e não seria razoável, agora, anular as decisões para novo julgamento. A justiça das decisões, no que tange a matéria de fundo, deve ser resolvida quando do enfrentamento do mérito da questão o que é possível ser feito em sua plenitude, nesta oportunidade, conforme se verá a seguir.

A forma encontrada pelo douto magistrado não foi das melhores, no entanto, atingiu-se o objetivo, posto que os pedidos formulados nas ações de reintegração de posse, embargos de terceiros e de nulidade de ato jurídico foram solucionados.

A regra prevista no art. 244, do CPC é incisiva ao dizer que não se declara nulidade sem a efetiva demonstração do prejuízo, como bem preceitua Theotônio Negrão: "em tema de nulidade no processo civil, o princípio fundamental que norteia o sistema preconiza que para o reconhecimento da nulidade do ato processual é necessário que se demonstrem, de modo objetivo, os prejuízos consequentes, com influência no direito material e reflexo na decisão da causa." (Código de Processo Civil, pág. 353, 45ª edição).

Conquanto tenha alegado a nulidade, o apelante não demonstrou qual o prejuízo lhe causou os julgamentos em momentos distintos dos processos, já que o resultado foi atingido, qual seja: procedência da ação de reintegração e a improcedência dos demais pedidos (embargos de terceiros e ação de nulidade de ato jurídico).

Ante o exposto, voto no sentido de **rejeitar** a preliminar de nulidade da sentença.

É como voto.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



285

Quinta Câmara Cível

Apelações Cíveis nº 0232022-7/0212880-3/0212882-7- Recife - Distrito Estadual do Arquipélago de Fernando de Noronha

Apelante: FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO

Apelada: MARLETE DA SILVA

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO DE MÉRITO

O cerne da questão consiste em saber quem, efetivamente, detém a posse e ocupação do imóvel cujo Termo de Ocupação foi tombado sob o nº 50/00249-Q-g-05, situado na Vila Floresta Nova, no Arquipélago de Fernando de Noronha-PE: se ao apelante ou a apelada.

O apelante, **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO**, alega que tem essa posse desde 1994, posto que lhe foi cedida pelo Sr. **JOSÉ LUIZ NETO**, ex-marido da apelada, conforme documento de fls. 17 da ação de reintegração de posse.

Por sua vez a apelada, **MARLETE DA SILVA**, declara ser detentora da mesma posse desde 27/08/1998, uma vez que a mesma lhe foi transferida pelo seu ex-marido quando do divórcio do casal (fls.02 da ação de divórcio consensual).

De logo, verifica-se que o Sr. **JOSÉ LUIZ NETO**, ex-marido da apelada, então detentor da posse do bem, a transferiu duas vezes. Primeiro ao apelante em 30/12/1994 e depois a apelada em 27/08/1998.

Pois bem.

A)- AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E DE EMBARGOS DE TERCEIRO:

A autora apelada não fez prova da posse e ocupação do imóvel descrito na inicial. Posse é fato, a tem quem efetivamente a exercia, ou seja, posse é a atitude externa do possuidor em relação à coisa, como se proprietário fosse, exercendo algum dos direitos inerentes ao domínio (uso, fruição, disposição ou reivindicação).

BENEDITO SILVÉRIO assim dispõe sobre o assunto: "O ânimo de possuir consiste, pois, na vontade ou comportamento do possuidor de ter a coisa para dela dispor como dono ou exercer sua ação da mesma forma que o faz o proprietário quanto às coisas que lhe pertencem." (Tratado de Usucapião, vol.1, Ed. Saraiva, pág. 632).

A cláusula inserida na ação de divórcio (item 3 e 4), ainda que válida fosse, não tem o condão de transferir a posse à **MARLETE DA SILVA**.

Assim, temos que, segundo balizada jurisprudência "nas ações possessórias de reintegração ou manutenção de posse, para fins de deferimento da liminar a que alude o art. 928 do CPC (*inaudita altera parte*), deve ser comprovado pelo autor, de forma cabal, o preenchimento dos requisitos insculpidos no art. 927. São eles: "I - a sua posse; II - a turbção ou o esbulho praticado pelo. (TJ-RS - AI: 70048913941 RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Data de Julgamento: 17/05/2012,



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

286

Décima Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 25/05/2012) (grifei)

O imóvel objeto do litígio estava registrado junto à Administração da Ilha de Fernando de Noronha em nome de **JOSE LUIZ NETO**, conforme termo de ocupação de fls. 23/25 (dos embargos de terceiro). O detentor da posse cedeu a mesma a **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO** em dezembro de 1994, conforme documento de fls.17 (da ação de reintegração de posse).

Não há dúvida que **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO** detém a posse do imóvel objeto do litígio reintegratório desde 1994. Esse fato foi confirmado pela apelada **MARLETE DA SILVA** ao afirmar: a)- que entre os anos de 1994/95 residia na Ilha de Fernando de Noronha; b) que nesse período foi com o seu marido para o Rio Grande do Norte; c) que quando da propositura da ação de divórcio (1998) sabia que **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO** ocupava o imóvel, não sabendo desde quando (fls. 94/95 – embargos de terceiro).

A documentação de fls. 26/47 (ação de embargos de terceiro) comprovou a posse do apelante. O administrador do Fernando de Noronha declarou que **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO** detém a posse do mencionado bem desde 1994 (fls. 45).

Ao deferir liminar de manutenção de posse em favor do embargante **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO**, em 07/05/2002, o então juiz, hoje Desembargador Alberto Virgínio declarou às fls. 50:

“Ademais, os fatos e documentos trazidos com a inicial permitem admitir a posse do embargante **há mais de 07 (sete) anos, ainda mais, a cópia xerografada do documento de fls. 17 subscrita pelo ex-marido da embargada atesta nesse sentido.** Frente ao exposto, caracterizado está o *periculum in mora* e o *fumus boni juris*, por força do ofício deste juízo, como consequência da sentença de divórcio, em determinar a transferência dos assentos do termo de posse em nome da embargada pela administração da Ilha. Portanto, **defiro a manutenção liminar da posse do autor.**” (grifei)

Segundo entendimento jurisprudencial, temos:

APELAÇÃO CÍVEL. PROPRIEDADE E DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS. EMBARGOS DE TERCEIRO. LIMINAR DE MANUTENÇÃO DE POSSE DEFERIDA EM DEMANDA DA QUAL NÃO PARTICIPA O EMBARGANTE. POSSE DO EMBARGANTE SOBRE IMÓVEL HÁ PELO MENOS 10 ANOS. COMPROVAÇÃO. SENTENÇA DE ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS MANTIDA. Comprovada a posse do embargante há pelo menos dez anos sobre área de sua propriedade, de ser mantida a sentença que acolheu os embargos de terceiro, ainda que já tenha sido cassada a liminar de manutenção de posse que deu ensejo à propositura do incidente. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70056444441, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em 19/12/2013) (grifei)

Ainda, sabe-se que o Superior Tribunal de Justiça sumulou o entendimento de que “é admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

287

alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido de registro" (Súmula 84).

Assim, a ação de reintegração de posse deveria ter sido julgada improcedente e a ação de embargos de terceiro deveria ter sido julgada procedente.

B)- AÇÃO DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO:

Sabendo que a posse e a ocupação do imóvel não mais lhe pertencia, **JOSÉ LUIZ NETO**, indevidamente, a cedeu à sua mulher, **MARLETE DA SILVA**, quando da propositura da ação de divórcio em 1998. Consta da cláusula 3 e 4 da petição inicial da ação de divórcio o seguinte:

"(...) 3. Durante a vida matrimonial não foi adquirido bens. 4. O divorciando transfere o termo de ocupação tombado sob o nº50/000249- QG-5, casa da madeira, sito na vila floresta nova, neste Arquipélago, devendo pois ser oficiada a Administração do Arquipélago para as providências necessárias."

Registre-se que na referida ação os requerentes não juntaram prova de que a posse e a ocupação do bem pertencia ao ex-marido da apelada e nem podiam fazê-lo, pois a posse do imóvel não mais lhes pertenciam.

Assim, se posiciona a jurisprudência dos tribunais sobre a necessidade de se produzir provas sobre imóvel que está sendo objeto de partilha entre o casal:

DIVÓRCIO LITIGIOSO. P ARTILHA DE BENS. PROVA DA PROPRIEDADE OU DA CESSÃO DE DIREITOS. INEXISTÊNCIA. COTAS DE SOCIEDADE COMERCIAL. PRODUTO DA VENDA VERTIDO EM PROL DA FAMÍLIA. AUSÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO. IMÓVEL AS DESAVENÇAS PATRIMONIAIS NA DISSOLUÇÃO LITIGIOSA DO MATRIMÔNIO DEVEM VIR ACOMPANHADAS DE PROVAS E CONTRAPROVAS, SOB PENA DE NÃO SER POSSÍVEL AO MAGISTRADO PROCEDER À PARTILHA DOS BENS INDICADOS PELAS P ARTES LITIGANTES. LOTE IRREGULAR, POR SER DOTADO DE EXPRESSÃO ECONÔMICA, PODE SER OBJETO DE P ARTILHA, DESDE QUE PROVADA A SUA AQUISIÇÃO POR CESSÃO DE DIREITOS E O EXERCÍCIO DA POSSE PELO CASAL, CASO CONTRÁRIO, SERÁ INVIÁVEL A P ARTILHA PRETENDIDA. A EXISTÊNCIA DE ESCRITURA DE COMPRA E VENDA REFERENTE À FRAÇÃO IDEAL DE UNIDADE IMÓVEL EM NOME APENAS DO MARIDO, ADQUIRIDO NA CONSTÂNCIA DO MATRIMÔNIO, PODE SER OBJETO DE P ARTILHA, DESDE QUE EXISTENTES NOS AUTOS OUTROS ELEMENTOS QUE DEMONSTREM QUE O IMÓVEL AINDA PERTENCE AO PATRIMÔNIO DO CASAL. SEM A PROVA DA REAL SITUAÇÃO DO IMÓVEL E SEM O CONTRADITÓRIO SOBRE O ASSUNTO, TORNA-SE INVIÁVEL, EM RESPEITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, A P ARTILHA REQUERIDA. (TJ/DF - APL: 228474020088070003 DF 0022847-40.2008.807.0003, Relator: NATANAEL CAETANO, Data de Julgamento: 04/11/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 23/11/2009, DJ-e Pág. 108)



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

288

No ponto aquele ato de cessão e ocupação sobre o imóvel é nulo e assim deveria ter sido declarado pelo juiz do 1º grau.

Ante o exposto voto no sentido de **dar provimento ao apelo** interposto por **FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO** para reformar as decisões impugnadas e, em consequência, julgar: a)- improcedente a ação de reintegração de posse; b) procedentes as ações de embargos de terceiros e de nulidade de ato jurídico consistente na transferência da referida posse do Sr. **JOSÉ LUIZ NETO** para **MARLETE DA SILVA**, invertendo a verba sucumbencial e suspendendo a execução dos embargos pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 12, da Lei 1.060/50.

É como Voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0212880-3 / 0212882-7 / 0232022-7

COMARCA: Distrito Estadual Arquipélago de Fernando de Noronha

APELANTE: Francisco Pereira Sobrinho

APELADO: Marlete da Silva

RELATOR: Jovaldo Nunes Gomes

REVISOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO DE MÉRITO

Observo que o cerne da questão é saber se no momento da homologação da Ação de Divórcio, processo nº 001980031670-8, o Termo de Ocupação tombado sob o nº 50/00249-Q-g-05, sito à Vila Floresta Nova, no Arquipélago de Fernando de Noronha-PE., poderia ter sido objeto de um dos pedidos daquela ação.

Isso porque, foi a partir da homologação por sentença do acordo na referida Ação de Divórcio de Sra. Marlete e Sr. José Luiz Neto que se originaram as ações conexas postas em discussão.

Entretanto, antes de adentrar na discussão, necessário demonstrar aos Srs. Desembargadores a legislação de uso e ocupação do solo do Arquipélago de Fernando de Noronha, no que interessa a esta demanda:

DECRETO LEI nº 705 de 15/07/88 (Governo do Território Federal de Fernando de Noronha):

LM/MR

289



290

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Art. 1º. A ocupação dos imóveis residenciais do Território Federal de Fernando de Noronha será regida por este decreto, observada, no que couber, a legislação federal pertinente.

Art. 2º. É vedado ao ocupante locar, sublocar, ceder ou emprestar o imóvel, ou, ainda, hospedar pessoas que não sejam da família sem autorização prévia do Governo.

Art. 8º. Cessa o direito de ocupação dos imóveis de que trata este decreto nos seguintes casos: (destacou-se)

- I - movimentação ou transferência do ocupante do imóvel para outra unidade da federação;
- II - mudança de domicílio do ocupante, em qualquer circunstância;
- III - Não cumprimento pelo ocupante das obrigações previstas neste decreto. (destacou-se)

LEI ESTADUAL Nº 11.304 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1995.

Art. 86 - A concessão de direito real de uso, para fins de moradia ou residência, outorgada através de contrato celebrado com a Administração Geral, atendidas as condições exigidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo e pelas normas aplicáveis, destina-se exclusivamente:

- I - A cidadãos residentes no Arquipélago, servidores públicos distritais ou particulares;

Pois bem,

Entendo que, por força do art. 8º, II do DECRETO LEI nº 705 de 15/07/88, o Termo de Ocupação tombado sob o nº 50/00249-Quadra "G"- Lote 05 - Vila Floresta Nova - Arquipélago de Fernando de Noronha-PE., não mais pertencia ao casal para ser objeto de acordo celebrado na Ação de Divórcio Consensual, processo nº 001980031670-8.



291

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Com efeito, por ocasião da audiência de Instrução e Julgamento do processo nº 001.2002.033849-0 (Ação de Reintegração de Posse) - fls. 147/152 - restou comprovado através da prova deponencial que a Apelada mudou-se com a família para Natal - RN, destacando por amostragem os seguintes trechos:

Depoimento da Sra. Marlete (fls. 141/142): "...na época em que ajuizado o seu Divórcio Consensual com o Sr. José Luiz Neto, o Sr. Francisco Pereira Sobrinho ocupava o imóvel referido. (...) na época de 1994 para 1995, ela depoente foi para o Rio Grande do Norte com seu ex-marido José Luiz Neto e as crianças e nesta mesma época ela morava no Arquipélago de Fernando de Noronha".

Testemunha CARLOS ALBERTO FLOR:

"...Que D. Marlete e o Sr. José Luiz viajaram para Natal-RN, levando inclusive os filhos, ficando no imóvel o Sr. Francisco."

"...pode informar que quando a família do Sr José Luiz e d. Marlete viajou junta para a cidade de Natal-RN, passou lá aproximadamente três anos..."

Testemunha MARTA REJANE DA SILVA:

"...tem conhecimento de que nos anos de 1995/1997, não sabendo precisar a época, toda a família do casal Marlete e José Luiz, viajaram para Natal-RN; que o imóvel ficou ocupado pelo sr. Francisco.."

"...pode informar que a viagem referida realizou-se no ano de 1995 e a família toda passou dois anos em outro Estado, de 1995 a 1997..."

Testemunha RASNEL PEREIRA DAS CHAGAS:

"...que ele declarante sabe informar que o casal José Luiz Neto e Marlete viajaram para Natal, desocupando o imóvel; que o Sr. José Luiz Neto é primo dele declarante; ele declarante chegou a ir em 1995 na casa do seu primo José Luiz em Natal RN e José Luiz estava com a mulher e filhos..."

LM/MR



292

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

"...sabe informar que quando o casal viajou para pra Natal venderam bens móveis para moradores da ilha, inclusive para o Sr. Francisco; não sabe dizer exatamente por quanto tempo o Sr. Francisco está ocupando o imóvel objeto da presente lide, mas sabe que é pelo menos mais de 7 anos."

Necessário registrar que as mesmas testemunhas são convergentes quanto ao fato de que a Apelada, ao regressar de Natal-RN, tentou sem êxito, a sua reintegração ao imóvel junto a Administração da ilha.

Não obstante esse conflito entres as partes pleiteando a posse do aludido imóvel existir antes do ingresso da Ação de Divórcio Consensual ocorrido em 27/08/1998, a Apelada requereu a homologação por sentença da cláusula 4ª, em que o marido divorciando lhe transfere o Termo de Ocupação do imóvel posto em discussão.

Portanto, indubitoso que a cláusula 4ª está eivada de vício, pois o casal agiu com dolo quando omitiu ao juiz da causa que não mais dispunha do termo de uso e ocupação do imóvel e que o mesmo estava ocupado por outra pessoa há aproximadamente três anos, presumindo-se que a verdadeira intenção dessa cláusula seria a de conseguir documento judicial capaz de determinar à sua reintegração na posse do imóvel.

Importa enfatizar que, para validade da referida cláusula, seria necessário pelo menos a apresentação de um Termo de Permissão e Uso e não foi apresentado nenhum!

Assim, assiste razão à Apelante para desconstituir cláusula da sentença meramente homologatória da ação de divórcio nº00198031670-8 que ratifica o acordo de vontades manifestado pelas partes apoiando-se



293

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

na alegação do vício do ato jurídico por dolo, com base no art. 486 do CPC, *verbis*:

Art. 486. Os atos judiciais, que não dependem de sentença, ou em que esta for meramente homologatória, podem ser rescindidos, como os atos jurídicos em geral, nos termos da lei civil.

Com o devido respeito, tenho que o juiz "*a quo*" não andou bem ao decidir pela improcedência da ação sob o fundamento de que a Anulatória não se mostra adequada para desconstituir sentença transitado em julgado.

No caso dos autos, trata-se de sentença meramente homologatória, reafirmo! devendo sua desconstituição ou parte dela, ser pleiteada através da competente ação anulatória, prevista no art. 486 do CPC.

A jurisprudência já firmou entendimento nesse sentido:

" A teor da jurisprudência desta Corte, a ação anulatória, prevista no artigo 486 do Código de Processo Civil é sede própria para a discussão a respeito dos vícios na transação homologada judicialmente" (REsp 509793/RS, 4ª Turma do STJ, rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI. Dje.04/05/2006.

" A ação ordinária anulatória, prevista no art. 486 do CPC, é a sede própria para a invalidação de acordo homologado judicialmente, oportunidade em que poderão ser discutidos os vícios do ato objeto da anulação" (REsp 693960/RJ, 1ª Turma do STJ, rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO. Dje. 17/11/2005.

" Se a pretensão da parte é anulação de acordo homologado judicialmente, em face da existência de erro, o aforamento do agravo de instrumento, não se mostra adequado a tal fim. Hipótese em que o meio processual próprio a rescindir o ato judicial é a ação anulatória, conforme disposto no art. 486, do CPC" (AI 70018616599, 10ª Câmara Cível do TJRS. Relator. Dês. JORGE ALBERTO SCHREINER PESTANA, Dje. 09/02/2007.



294

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

"A Ação rescisória não é a via adequada para a desconstituição de sentença meramente homologatória, devendo esta se dar com base em ação anulatória prevista no art. 484 do CPC que cuida da rescisão dos atos jurídicos em geral. A decisão meramente homologatória é aquela em que o magistrado apenas observa os requisitos formais de validade do acordo e a vontade das partes, não se pronunciando em relação ao mérito da causa ou das questões referente ao acordo em si" (Ação Rescisória 1.00000.05.419689-4/000, 7º Grupo de Câmaras Cíveis do TMG, Relator. Dês. DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA. Dje. 25/05/2006.

Interessante ainda observar que, antes da referida ação consensual de divórcio, havia sido ajuizada uma ação de divórcio litigioso por Sra. Marlete, ora Apelada, contra José Luiz Neto em 30/09/1996 (embora tal fato tenha sido negado em seu depoimento - fl. 142 - Ação Reintegração), e na ocasião ela informava a inexistência de bens a partilhar (fls. 110/112 - da Ação de Divórcio Consensual em apenso). Como a parte resolve não prosseguir com o litigioso e ingressa com o consensual, agora, dispondo de bens?

Também, necessário registrar que a Administração da Ilha por diversas vezes concedeu alvarás de funcionamento para o Sr. Francisco Pereira, fato que também ratifica a sua permanência no local e ainda com anuência do Poder Público. (fls. 121/125 - Ação de Reintegração)

Por fim, no Termo de Permissão e Uso concedido a Sra. Marlete, o Administrador da Ilha deixou claro que emitiu em atendimento à decisão judicial do Processo de Divórcio Consensual. Portanto, foi emitido o documento nulo de pleno direito, justamente em virtude da existência da aludida cláusula 4ª totalmente viciada. (fls. 151/153 - Ação de Divórcio Consensual em apenso)



295

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Isto posto, voto no sentido de dar provimento a apelação nº 0232022-7, interposta por Francisco Pereira Sobrinho para anular a cláusula 4ª da ação de divórcio processo nº 00198031670-8, tornando sem efeito todos os atos jurídicos consequentes da homologação dessa cláusula, destacando-se o TERMO DE PERMISSÃO DE USO PARA IMÓVEIS - PERMISSÃO: Nº 013/2002 DEFN - ADM.GERAL, DATADO DE 16 DE ABRIL DE 2002, que deu em caráter intransferível e a título precário a Sra. Marlete da Silva, ora Apelada, o imóvel de tombo nº 50/000249, localizado a Quadra G - Lote 5 - na Vila Floresta Nova, objeto desta apelação.

Com referência à Ação de Reintegração de Posse, tenho que a perda da sua posse em decorrência de domicílio para Natal-RN, com a ocupação do imóvel pelo Apelante e a anulação da cláusula 4ª acima referida, acarreta a improcedência da ação, a teor do art. 927 do CPC, uma vez que a Autora, ora Apelada, não provou a sua posse sobre o imóvel que pretende reintegrar-se, sendo pois, irrelevante a alegação de que o Apelante não possui autorização da administração de Fernando de Noronha para se manter na posse do mesmo.

Nesse sentido, posiciona-se a jurisprudência, *verbis*:

EMENTA: APL 60523520088070010 DF. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. NATUREZA DÚPLICE. AUSÊNCIA DE PROVA DA POSSE DOS AUTORES. CONCESSÃO DE USO EM PROGRAMA DE ASSENTAMENTO DO GOVERNO. REQUISITO. RESIDÊNCIA NO IMÓVEL SOB PENA DE RESCISÃO.

1. O CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE OS AUTORES E A SHIS EXIGE QUE OS BENEFICIÁRIOS RESIDAM NO IMÓVEL, SOB PENA DE RESCISÃO (DECRETO DISTRITAL 11.467/89, 5º).

2. INCABÍVEL O PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, DIANTE DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DA POSSE PELOS AUTORES. (destacou-se)

3. CONSIDERANDO A NATUREZA DÚPLICE DA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, OS RÉUS DEVEM SER MANTIDOS NA POSSE DO IMÓVEL.

4. NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO DOS AUTORES. Relator: SÉRGIO ROCHA
Julgamento: 18/01/2012 Órgão Julgador: 2ª Turma Cível Publicação:
20/01/2012, DJ-e Pág. 50



296

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: REsp 1213518 AM 2010/0159070-4 RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. NÃO CABIMENTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. REQUISITOS. DOUTRINA. PROVA DA POSSE E DO ESBULHO. NÃO COMPROVAÇÃO DA POSSE INTEGRAL DA ÁREA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. PRECEDENTES. ALEGAÇÃO DE INSPEÇÃO JUDICIAL TARDIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. SÚMULA Nº 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº211/STJ. PRECLUSÃO. Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Julgamento: 06/12/2011: Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA Publicação: DJe 15/12/2011 (destacou-se)

1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, a análise da interpretação da legislação federal, motivo pelo qual se revela inviável invocar, nesta seara, a violação de dispositivos constitucionais, matéria afeta à competência do Supremo Tribunal Federal.
2. O dissídio pretoriano não restou caracterizado na forma exigida pelos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, em virtude da ausência de indicação de acórdão paradigma a permitir eventual análise da divergência de interpretações entre os casos confrontados.
3. Constituem requisitos para a procedência da ação possessória de reintegração a prova da posse da área e do esbulho com a sua perda. (destacou-se)
4. A sentença de primeiro grau, mantida integralmente pelo acórdão recorrido, para concluir pela ausência dos requisitos necessários à procedência integral da ação de reintegração de posse, incursionou detalhadamente na apreciação do conjunto fático-probatório (requerimentos administrativos, contratos, fotos, desenhos, além de inspeção judicial).
5. A verificação da procedência dos argumentos postos no recurso especial exigiria por parte desta Corte o reexame de matéria fática, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, consoante entendimento da Súmula nº 7/STJ.
6. A tese relacionada à realização tardia da inspeção judicial não pode ser conhecida sob vários fundamentos: incidência das Súmulas nº284/STF, nº 211/STJ, de preclusão e por subsistirem outras provas aptas a embasar o resultado obtido pelas instâncias ordinárias.
7. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido.



297

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: APL 70035035831 RS APELAÇÃO CÍVEL. POSSE (BENS IMÓVEIS). AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE POSSE ANTERIOR AO ALEGADO ESBULHO. Trata-se de ação de reintegração de posse na qual o autor pretende ser reintegrado no imóvel descrito na exordial, julgada improcedente na origem, dada a ausência de comprovação de posse anterior. O art. 927 do CPC exige que o autor da demanda possessória instrua a petição inicial com as provas da sua posse, da turbação ou o esbulho praticado pelo réu e da data em que ocorreu um ou outro, a fim de demonstrar a anterioridade de sua posse. Ocorre...927 CPC. Relator: Niwton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 01/11/2011, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 07/11/2011.

Não houve esbulho como entendeu o juiz *a quo*, pelo contrário, em dezembro de 1994 o Apelante recebeu as chaves do imóvel diretamente do Sr. José Luiz Neto, instalando-se no imóvel de forma mansa e pacífica (fl. 17 - Embargos de Terceiro), lá permanecendo já por 20 anos.

Assim consta no documento assinado por Sr. Francisco Pereira e Sr. José Luiz Neto, com firma reconhecida em cartório (fl. 17 - Embargos de Terceiro):

"Pelo presente instrumento, através da coordenadoria da Administração do Arquipélago de Fernando de Noronha, faz a entrega da chave da casa situada na Quadra "G" lote 5, do conjunto residencial Floresta Nova, pertencente ao Sr. José Luiz Neto Brasileiro casado RG N.º 0430/PE passando a mesma a título de cessão de uso a Francisco Pereira Sobrinho, RG N.º 13.413.907 SSP/SP Gerente da Empresa RN TURISMO residente no Arquipélago. De comum acordo entre ambas as partes ficando responsável pelo imóvel nesta data. Fernando de Noronha, 30 de dezembro de 1994."

E mais! O Termo de Uso e Permissão do local em discussão na verdade nem se encontrava no nome de Sr. José Luiz Neto e sim no nome de um terceiro, o Sr. José Aureliano (fls. 18/19 - Embargos de Terceiro),

LM/MR



298

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

em virtude de uma troca por eles realizada, no entanto quem de fato ocupava era o Sr. José Luiz Neto.

Por tal motivo o Apelante, tomando precaução, da mesma maneira também procedeu com o Sr. José Aureliano (fl. 22 - Embargos de Terceiro), recebendo deste também o termo de entrega de chaves, lembrando que este constava como o titular da permissão de uso (fls. 18/19 - Embargos de Terceiro).

O fato de não existir assinatura do Administrador da Ilha no termo de cessão de posse não retira o poder do documento para demonstrar a verdade real e a busca de como a realidade ocorreu, ou seja a justiça ao caso concreto.

A própria Sra. Marlete em seu depoimento afirma: *"foi lhe dito pelo Sr. Francisco Pereira Sobrinho que tinha havido um acordo entre ele e o Sr. José Luiz Neto, apresentando a ela depoente um documento como ela lembra sendo um "repasso de chave".* (fl. 142 - Ação Reintegração)

Deixo claro que a Portaria GOPE/DEFN 008/94 (fls. 194/196 - ação de reintegração de posse) identifica apenas o morador do imóvel à época, no caso em março de 1994, fato incontestável, já que o Apelante somente no local de fato se instalou em dezembro de 1994.

Face ao exposto, além do julgamento favorável na apelação nº 0232022-7, voto no sentido de dar provimento as apelações nº 212880-3 e nº 0212882-7, interpostas na ação de reintegração de posse e embargos de terceiros, respectivamente, para manter na posse o Apelante Francisco Pereira Sobrinho, invertendo a verba sucumbencial e suspendendo a execução dos embargos pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 12, da Lei n.º 1.060/50, e após o trânsito em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 0212880-3 / 0212882-7 / 0232022-7

COMARCA: Distrito Estadual Arquipélago de Fernando de Noronha

APELANTE: Francisco Pereira Sobrinho

APELADO: Marlete da Silva

RELATOR: Jovaldo Nunes Gomes

REVISOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO DE REVISÃO

Conheço dos recursos, porquanto presente os pressupostos necessários as suas admissibilidades.

Primeiramente, percebo a necessidade de iniciar meu voto com uma breve exposição dos fatos que envolveram as demandas aqui em discussão, diante da complexidade da questão.

Trata-se de três Apelações Cíveis, cujas ações são conexas:

- 1ª) Ação de Reintegração de Posse, processo nº 0033849-44.2002.8.17.0001;
- 2ª) Embargos de Terceiros, processo nº 0011446-81.2002.8.17.0001;
- 3ª) Ação Anulatória de Ato Judicial, processo nº 0035411-20.2004.8.17.0001.

Todos os recursos foram interpostos por Francisco Pereira Sobrinho na pretensão de se ver mantido na posse do imóvel, situado na Vila Floresta Nova, Q-G-5, Distrito Estadual Arquipélago Fernando de Noronha.

Foi proferida sentença individual na Ação de Reintegração de Posse, a qual, em virtude do instituto da conexão, posteriormente,

LM/MR



300

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

incorporou às decisões simultâneas nos Embargos de Terceiros e Ação Anulatória de Ato Judicial.

DISPOSITIVOS SENTENCIAIS DE 1º GRAU - IPSI LITTERIS:

Sentença na Ação de Reintegração de Posse fls. 232/233:

"Isto posto, julgo procedente o pedido determinando a reintegração definitiva da autora MARLETE DA SILVA da posse do imóvel localizado na Q-G-5 na Vila da Floresta Nova, Fernando de Noronha, e determino a saída do Sr. FRANCISCO PEREIRA SOBRINHO e terceiros porventura residindo no aludido imóvel, o qual há bastante tempo vem esbulhando, que seja cumprido sua saída imediatamente sob pena de descumprimento de determinação judicial.

Condeno o réu no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa."

Sentença nos embargos de Terceiros (fls. 107/112) e Ação Anulatória de Ato Judicial (fls. 146/151)

"...Dessa forma, julgo simultaneamente a AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JUDICIAL Nº 001.2004.035411-4 e os EMBARGOS DE TERCEIROS Nº 001.2002.011446-0, nos termos da sentença prolatada na AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº 001.2002.033849-0, já que o entendimento manifestado é o mesmo, e cujas razões transcrevo para fazer parte do presente julgado:..."

"...Isto posto, julgo improcedente o pedido da AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JUDICIAL Nº 001.2004.035411-4 e os dos EMBARGOS DE



301

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

TERCEIROS Nº 001.2002.011446-0, bem como torno sem efeito a liminar concedida na fl. 50.

Condeno o réu no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Em decorrência do julgamento simultâneo das ações conexas, renovo o prazo de apelação da AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº 001.2002.033849-0, devendo as partes ser intimadas."

FUNDAMENTOS DOS RECURSOS:

Na Ação de Reintegração de Posse:

O autor, em sede de preliminar, requer a anulação da sentença em razão de existência de erro formal, alegando que o juiz "a quo" ao julgá-la separadamente, não observou o instituto da conexão com os Embargos de Terceiros e Ação Anulatória de Ato Judicial.

No mérito, sustenta que a decisão de piso merece reforma porquanto não vislumbrou que a ação de divórcio está sendo questionada judicialmente através de Ação Anulatória (em apenso), não se prestando, pois, como embasamento para julgar procedente a reintegração da Apelada na posse do imóvel, até porque, o juízo foi levado a erro, ao realizar acordo no sentido de transferir a concessão do termo de ocupação para a Apelada de um imóvel que não mais pertencia ao casal, pois desde de 1994 a posse desse imóvel era do Apelante.

Aduz também que a decisão de primeiro grau errou ao se amparar na portaria GOPE/DEFN 008/94, (referente ao tombo do imóvel), para julgar a lide procedente, tendo em vista, que o referido tombo serve apenas para identificar o ocupante do imóvel à época, em



302

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

14/03/1994, até porque a Apelada, junto com seu marido, foi embora da Ilha em dezembro de 1994, momento em que o Apelante passou a ocupar o imóvel posto em discussão.

Ressalta ainda que a sentença merece reforma ao se basear na existência de um Termo de Permissão e Uso do dito imóvel no nome da Apelada, datado de 2002, pois tal termo, foi originado de processo viciado (Ação de Divórcio).

Por fim, aduz que o juiz "a quo" não observou com cuidado a prova testemunhal, a qual se depara contra a tese da depoente.

Nos Embargos de Terceiros:

Além dos argumentos da Apelação na Ação de Reintegração de Posse, o Apelante sustenta que é morador permanente de Fernando de Noronha, tendo passado a residir no imóvel em questão desde dezembro de 1994, quando iniciou o exercício de fato da posse e que nunca invadiu o imóvel, objeto do litígio, tendo sua ocupação ocorrida de forma mansa e pacífica, com a entrega das chaves pelo ex-morador, então esposo da Apelada.

Que além de residir no imóvel mantém atividade comercial de receptivo turístico com concessão semestral de funcionamento e localização do seu comércio, que conta com 08 funcionários, os quais também residem no imóvel, devido à escassez de moradia na Ilha.

Sustenta que durante todo esse tempo participou de cadastramento imobiliário, tanto os realizado pela administração da Ilha, como o de iniciativa do Serviço de Patrimônio da União e que o Governo local e SPU reconhecem o Apelante como ocupante real daquele imóvel, nunca tendo solicitado a sua saída.



303

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Aduz ainda que em Fernando de Noronha não há propriedade privada, sendo todos os bens pertencentes à União e que desde 29/07/1999 o Apelante solicitou a regularização da documentação do Termo de Ocupação do imóvel que ocupa desde 1994, junto à administração da Ilha, só não obtendo êxito devido à determinação judicial dando cumprimento do que foi acordado no processo viciado (Ação de Divórcio), no sentido de transferir o Termo de Ocupação do marido divorciando para o nome da Apelada.

Requer o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão de piso, revogando os atos constrictos que determinaram a transferência do bem para o nome da Apelada e declarar o direito do Apelante na posse o imóvel.

Na Ação Anulatória de Ato Judicial:

Além dos argumentos esposados nas duas Apelações acima elencadas, o apelante sustenta em síntese, que apesar de ter feito pedido específico para que o Juiz "a quo" declarasse a nulidade da cláusula do termo de acordo homologado na Ação de Divórcio que transferiu a titularidade do Termo de Ocupação do imóvel para a Apelada, a sentença de piso apreciou de forma equivocada, pois além de julgar a ação nos termos da sentença da Ação de Reintegração de Posse, consta no relatório da sentença que o pedido do autor, ora Apelante, é para anular sentença homologatória da partilha dos bens que determinou a transferência do Termo de Ocupação para o nome da Apelada, quando na verdade, o pedido é tão somente no sentido de anular os atos judiciais praticados pelas partes, eis que viciados.



304

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Requer a reforma da decisão de piso e declarar nulo o ato judicial das partes com referência ao acordo para transferência da titularidade do Termo de Ocupação tombo nº 50/000249-QG-5 para a Apelada, produzindo efeito "ex tunc", anulando todos os atos consequentes da sentença e declarar o direito do Apelante a permanecer em definitivo no imóvel.

A apelada não ofereceu contrarrazões às apelações, apesar de devidamente intimada, conforme certidões, às fl. 255/256 na Ação de Reintegração de Posse, às fls. 145/146 nos Embargos de Terceiros e às fls. 212/213 na Ação Anulatória de Ato Judicial.

Por força do Instituto da Conexão, os votos das apelações cíveis 0212880-3 / 0212882-7 / 0232022-7, tanto em sede de preliminar quanto no mérito, se darão de forma simultânea.

VOTO PRELIMINAR

I - Nulidade da sentença por ausência do Instituto da Conexão da Ação de Reintegração de Posse com os Embargos de Terceiros e Ação Anulatória de Ato Judicial:

Com referência a presente irresignação tenho que, apesar de ter havido decisão solitária nos autos da Ação de Reintegração de Posse, proferida às fls. 232/233, a mesma foi incorporada ao comando sentencial das demais ações acima referidas, como observo às fls. 107/112 dos Embargos de Terceiros e às fls. 167/170 da Ação Anulatória de Ato Judicial.

LM/MR



305

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Com isso, foi atingida a finalidade da conexão, que é a reunião dos processos com o julgamento simultâneo das ações, além da devida coerência e economia processual.

Se ainda assim não fosse o caso, entendo que não é norma congente, pois o art. 105 do CPC, deixa ao julgador alguma margem de discricionariedade na avaliação da intensidade da conexão, da gravidade consequente da contradição dos julgados e ainda na determinação da oportunidade de reunião dos processos.

Demais disso, a Apelante não demonstrou nos autos o prejuízo decorrente da sentença "a quo", posta de forma individual e incorporada às demais.

Destarte, o meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar de nulidade de sentença por ofensa ao Instituto da Conexão.

É como voto.

Recife, 18 de Junho de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Revisor